

## 4.

### Ser Irmã(o)

Da mesma forma que as relações conjugais, que unem o casal parental, e as relações que cada um dos pais estabelece com os filhos, as relações que os filhos estabelecem entre si constituem o terceiro grande eixo pelo qual essa entidade, a que chamamos família, se estrutura. Nas palavras de McGoldrick & Carter (1995):

“Em nosso mundo moderno, cônjuges podem ir e vir; os pais morrem; os filhos crescem e saem de casa. Mas, se tivermos sorte, os irmãos estarão sempre lá. (...) É raro que nossos cônjuges tenham familiaridade com os primeiros vinte ou trinta anos de nossas vidas, assim como é raro que as amizades durem do início da nossa infância até o fim de nossas vidas. Nossos irmãos compartilham mais de nossas vidas do que qualquer outra pessoa.” (p.216)

Desta forma, o irmão (ou a irmã) é alguém totalmente integrado em nossa história, que nos foi imposto desde a infância, por nossos pais, e compartilhou ou testemunhou, de forma intensa, várias de nossas experiências, estabelecendo conosco uma relação que dura, geralmente, por toda a nossa vida, uma vez que, conforme bem coloca Silveira (2002), “não existem ex-irmãos” (p.94).

O relacionamento fraterno é a relação de base igualitária mais íntima que se costuma ter, e ela se desenvolve no cotidiano, na partilha de momentos vividos, na experimentação prolongada e nas experiências repetidas, que vão construindo lembranças comuns. Essa relação proporciona a ambas as partes uma ampla e complexa rede de vivências, já que envolve uma série de experiências comuns, compartilhadas entre seus membros, e oferece muitas oportunidades de aprendizado: de disputa, dominação, cessão, negociação, partilha, cooperação, imitação, diferenciação e aceitação de limites, despertando sentimentos os mais diversos, tais como ciúme, admiração, amor, raiva e ódio. “Tornar-se adulto é dominar os pensamentos, a vida, as emoções, os afetos e a afetividade. O irmão pode oferecer um bom suporte a todas essas aquisições” (Rufo, 2003, p.144)

O tempo de convívio existente entre irmãos, bem como a intensidade dessa relação, influem diretamente no relacionamento que o sujeito manterá com outras pessoas no futuro. Com os irmãos se aprende a viver uma relação de iguais com alguém diferente, tolerando essas diferenças e desenvolvendo o afeto pela pessoa,

apesar delas. Por isto, esse relacionamento serve como excelente laboratório e modelo para relações sociais experimentadas fora do núcleo familiar.

Isso certamente torna os irmãos (e irmãs) pessoas extremamente importantes em nossas vidas, uma vez que têm participações fundamentais em nosso desenvolvimento e na nossa constituição primária como sujeitos. “Viver em companhia de um irmão tem um papel muito particular na construção da personalidade”. (Rufo, 2003, p. 251)

Apesar dessa enorme importância, superada apenas pelo relacionamento vivenciado com os pais, pouquíssimo se tem escrito ou pesquisado a respeito da relação de irmãos. A literatura sobre o tema é bastante escassa, em nosso país. A discrição que os estudiosos conservam nos indica o pouco valor que dão ao tema, enquanto objeto de pesquisa, apesar de ser um tema muito rico, complexo, e vasto, que comporta inúmeras interações e múltiplos aspectos que poderiam ser melhor pesquisados.

McGoldrick & Carter (1995) fez uma divisão desse relacionamento em cada etapa do ciclo vital, buscando assim melhor caracterizá-lo. Silveira (2002) fez um estudo semelhante, em sua obra, enquanto Perez (2002) focou primordialmente o irmão ou irmã mais velho, em seus estudos, e Rufo (2003) se baseou em sua experiência profissional como psiquiatra infantil, para buscar esclarecer diversos aspectos da fratria.

Assim, recapitulando as idéias desses autores, temos que o grupo de irmãos dentro da família, chamado, nos textos técnicos e literários, de “subsistema fraterno” ou, simplesmente, de “fratria”, é inaugurado a partir do nascimento do segundo filho. A sua chegada representa um verdadeiro cataclisma afetivo no mundo daquele que até ali era o filho único, uma vez que abala seus privilégios e o obriga a dividir vantagens, forçando uma reorganização em todo o funcionamento da família.

Segundo Rufo (2003), o primeiro filho do casal é, em geral, concebido no impulso amoroso, aparecendo como o mais forte testemunho do amor do casal, e vem tranquilizar os pais de qualquer receio, mesmo inconsciente, quanto à sua fecundidade, realizando seu desejo de procriação. É ele também que valida as qualidades de pais dos genitores, autorizando-os, assim, a terem outros filhos, aumentando a família.

Já a vinda do segundo filho é, geralmente, mais premeditada e refletida, e encontra os pais menos ansiosos e inseguros, mais sábios e tolerantes, tendo em vista que já tiveram uma primeira experiência, já se acostumaram a viver com um bebê, e já “aprenderam a ser pais”, e se sentem, por isso, melhor preparados e mais à vontade para lidar com um novo filho, inclusive “consertando” erros que julgam ter cometido com o primeiro. Nessa medida, cada novo filho, de certa forma, se beneficia da experiência que os pais tiveram com os anteriores, pois a segurança dos pais aumenta e os erros cometidos tendem a ser menores (ou pelo menos, diferentes).

Mas o irmãozinho (ou irmãzinha) começa a perturbar a tranquilidade em que vive o primogênito antes mesmo do seu nascimento, antes mesmo de estar ali. O próprio desejo dos pais de terem um outro filho é geralmente mal compreendido pela criança, que costuma se perguntar a razão desse desejo, se não seria ela própria o filho com que os pais sonhavam... É como se, desejando ter outro filho, os pais lhe dissessem que ela própria não é boa o bastante para realizá-los como pais. E, numa época em que a criança constrói sua auto-estima a partir do olhar que ela recebe ou imagina receber de seus pais, essa questão pode ter um efeito devastador.

Segundo Rufo (2003), mesmo quando as crianças pequenas pedem aos pais que lhes dêem um irmãozinho ou uma irmãzinha, o fazem por amor a eles, dizendo essas coisas por saberem que gostariam de ouvi-las, e não porque queiram realmente um “rival”, um “intruso” que provocará mudanças no seu cotidiano, competindo a vida toda com eles pelo amor dos pais, e com quem terão que dividir o quarto ou os brinquedos.

Os pais, que trazem do seu passado toda uma bagagem com histórias, lembranças e conteúdo diverso, criam expectativas sobre o novo filho e sobre o modo como a relação com o mais velho vai se desenvolver, projetando neles os fantasmas que povoaram a relação com seus próprios irmãos, na infância, ou as fantasias que tinham a respeito de irmãos imaginários, se nunca chegaram a tê-los.

Se isto é o esperado, a situação fica mais grave quando essas expectativas envolvem uma posição de “salvador” para o novo filho, seja salvador do casamento dos pais ou do próprio filho mais velho, nos casos em que a nova gravidez é providenciada com o objetivo de conseguir a cura do irmão doente (por exemplo, quando ele necessita de um transplante de medula). Nesse caso,

detectada a incompatibilidade do embrião para o transplante que se quer fazer, muitas vezes a gestação é interrompida voluntariamente pelos pais.

Dois pontos merecem ser ressaltados aí: primeiro, é o fato de haver uma dupla possibilidade, a de o mais novo conseguir e a de não conseguir suprir as expectativas dos pais. Caso o consiga, no caso da doença do primogênito, o mais velho ficará sempre como seu devedor, já que ele terá lhe salvado a vida, e isto não terá como deixar de influir na relação dos dois. Caso não consiga, pagará um tributo o resto da vida pelo “fracasso na missão”, sendo normalmente acusado em secreto (ou nem tanto) pelo irmão mais velho pela dissolução do casamento dos pais ou, no segundo caso, desenvolvendo um grande sentimento de culpa pela morte do irmão, de completo fracasso e incompetência absoluta, que o acompanhará para onde for. Isso, se não sofrer, como é provável que sofra, perda de parte do afeto dos pais por esse motivo.

Um outro ponto a ser abordado neste caso, e não só neste, mas em todos em que um irmão pode ser doador em um transplante de órgão para outro, mesmo quando não foi gerado com essa finalidade específica, é que é uma parte do seu corpo que está sendo doado, e parece que ninguém considera isso. Ao contrário, parece que seu corpo, por ter sido fabricado pelos pais, é um objeto do qual eles podem dispor como quiserem. É impensável, nesse caso, a recusa. Caso o fizesse, seria o grande responsável pela destruição da família. Seus sentimentos normais de hesitação são superados e esquecidos com o sucesso do transplante: ele se torna um herói, salvador do próprio irmão. Mas geram intenso sentimento de culpa, quando o transplante não dá certo, e ocorre a rejeição do órgão. O doador tende a pensar que foram seus pensamentos egoístas que influenciaram na não adaptação do órgão no corpo do irmão.

Assim que ficam sabendo da nova gravidez, surge para o casal parental a questão de como anunciá-la ao filho, e prepará-lo para receber o novo membro da família. Essa preocupação, comum a todos os pais, mostra bem como a chegada de um irmãozinho (ou irmãzinha) não é, necessariamente, encarada como uma boa notícia pelo mais velho.

Para a criança que vai ganhar um irmãozinho, esse é um momento de grande insegurança. Obrigada, a partir daí, a compartilhar o amor e a atenção dos pais, antes exclusivos dele, o primogênito teme que os pais não sejam capazes de

amar todos os filhos simultaneamente, que o amem menos agora, e elejam o irmão como o preferido, o “queridinho”.

Tal insegurança é confirmada pelas observações que o autor fez em sua experiência clínica. Ao ser perguntado sobre que sexo preferia que o irmão ou irmã tivesse, o filho sempre opta por aquele que lhe parece menos ameaçador. Normalmente, do sexo oposto ao seu, pois as rivalidades ficam exacerbadas quando ambos são meninos ou meninas. Sendo de sexo diferentes, cada um pode continuar sendo “o menino preferido” ou “a garotinha favorita” dos pais. Mas o contrário também pode acontecer, caso perceba uma vontade muito grande dos pais de terem uma criança do outro sexo, que então lhes parecerá mais suscetível de “roubar” todo o carinho deles.

Segundo Rufo (2003), as meninas costumam suportar melhor a nova maternidade da mãe, dando menos importância ao sexo da futura criança. Esta será, antes de tudo, um bebê, que a fará entrar em contato com a sua futura maternidade.

Na primeira infância, conforme aponta McGoldrick & Carter (1995), a disputa pelo amor dos pais e pela sua atenção e o desenvolvimento da própria personalidade, através da diferenciação com o outro irmão, são os fatores que marcam de modo mais proeminente a relação entre os irmãos.

Assim, longe de se caracterizar apenas pela amizade, apoio mútuo e companheirismo, é normal que entre irmãos existam também conflitos e sentimentos ditos negativos, tais como o ciúme, a inveja, o rancor ou a rivalidade. Esses sentimentos são naturais, já que é mesmo muito difícil compartilhar a afeição dos pais com os irmãos. Podem manifestar-se de maneira mais ou menos suportável, mais ou menos feroz. Podem se tornar perniciosos, organizando-se num modo psicopatológico ou perverso, e causando feridas irremediáveis, que perturbam gravemente o desenvolvimento psico-social e intelectual das crianças, mas podem também ser usados de forma positiva, favorecendo o crescimento dos irmãos.

Com exceção de quando a diferença de idade entre os irmãos é de menos que 18 meses, hipótese em que o mais velho tem a sensação de ter havido sempre um irmão, dificilmente a criança se sentirá tão amada como antes do irmão existir. “Ele acha que os carinhos diminuíram e as histórias ao deitar são mais curtas e contadas com menos convicção desde que ‘o outro’ chegou” (Rufo, 2003, p. 32).

Sendo ainda pequeno, ele não entende, por exemplo, o porquê da mãe ter deixado de trabalhar para passar mais tempo paparicando o bebê, e sente muito cada um dos momentos em que ela tem que se afastar dele para cuidar do filho menor. Pergunta-se porque não é ele que está ali, no colo da mãe, sendo amamentado e acarinhado por ela.

Vivendo uma fase de auto-definições, em que a identificação das diferenças possui enorme importância, o primogênito se torna um especialista em comparações, fazendo uma rigorosa contabilidade dos carinhos e atenções que são ofertados pelos pais ao mais novo.

Klein (1981) traz uma visão interessante, a respeito da chegada desse segundo filho: é ele que introduz, na família e no mundo do mais velho, a noção de justiça. A partir de agora, ele sempre terá que ser levado em consideração. Serão necessárias inúmeras partilhas, intermináveis negociações. Não se pode mais ter tudo, ficar com tudo, é preciso dividir, compartilhar. É necessário que o primogênito ponha de lado suas relações passionais, controle suas pulsões, e aprenda a democracia, a tolerância da diferença, a tomada coletiva de decisões.

Algumas crianças adotam comportamentos regressivos. Querem mamar, na mamadeira ou no seio, voltam a fazer xixi na cama,... Tentam voltar no tempo, desenvolvendo “estratégias” que as façam voltar a ser tão pequenas quanto o menorzinho, para merecerem, como ele, a atenção dos pais. Usam, como podem, todas as armas de sedução que possuem, como que “mendigando” carinho e afeto.

Podem também desenvolver distúrbios somáticos, perturbações do sono ou da linguagem, ou se tornarem instáveis, nervosas, irritadiças, hiperativas. Ou ainda, adotar um comportamento agressivo, principalmente contra o irmão mais novo, seja através da fala, desejando freqüentemente sua morte ou desaparecimento, seja através dos seus gestos, dando-lhe tapas, beliscões, empurrões e puxões de cabelo. Nos desenhos feitos pelo mais velho na escola, quando representa a família, o irmão mais novo costuma aparecer isolado ou rabiscado, com a desculpa de que o desenho não ficou bom, do jeito que ele queria.

Todas as atitudes do ciumento, por mais incômodas que sejam para os pais, devem ter como resposta a ternura, pois tudo o que o irmão mais velho precisa é de estar tranquilo quanto ao amor que os pais têm por ele. Se os pais recebem mal as manifestações do ciúme, o filho pode rapidamente aprender a

dissimulá-las, para não perder, com isso, a afeição deles. Com medo de desagradar os pais, passa a ceder tudo ao menor, às vezes até sufocando-o e irritando-o, com seus excessos de carinhos e atenções. Em contrapartida, passa a somatizar, a sofrer de constantes dores de cabeça ou de barriga, a ter pesadelos todas as noites, etc...

Claro que o sentimento de ciúme não é uma exclusividade dos irmãos mais velhos. Nenhum dos irmãos é poupado desse sentimento, sendo difícil determinar se há ou não um lugar mais confortável na fratria. Se os mais velhos têm ciúmes dos carinhos e atenções dos pais para com o irmão, é esperado que os caçulas tenham inveja das prerrogativas que o irmão já possui, em consequência de sua idade, e das coisas vividas por ele com os pais, quando ele próprio ainda não havia nascido.

É falso, entretanto, considerar que irmãos que vivem brigando e se agredindo não se amem. É que a fraternidade é marcada por uma grande ambivalência de sentimentos. Amor e ódio. Raiva e culpa. O ciúme é, portanto, um sentimento natural. Não é um sentimento mau, mas a manifestação de um sofrimento e um pedido desesperado de amor. Assim, Rufo (2003) ressalta que os adultos deveriam se preocupar mais com as crianças que não o demonstram por nenhum meio. A explosão da rivalidade costuma ser mais brutal nesses casos, do que quando o sentimento pôde ser expresso e trabalhado ao longo da infância. Além disto, o sentimento de culpa pode levar a criança a introjetar suas pulsões agressivas, voltando-as contra si mesma. Ciúmes reprimidos ou recalçados podem gerar sério comprometimento na auto-estima e na auto-imagem da pessoa, prejudicando-a inclusive em sua fase adulta, e dificultando a sua interação social e sua constituição como sujeito.

Além de ser uma manifestação natural em uma etapa do desenvolvimento, longe de ter só aspectos negativos, o ciúme possui também efeitos bastante positivos. Ele é, sobretudo, é um sentimento organizador da identidade da criança, o “cimento de seu narcisismo” (Rufo, 2003, p. 43), que a ajuda a construir a si mesma, na medida em que aprende a se diferenciar do outro, seu irmão.

Na relação com os irmãos, a criança deixa a posição privilegiada e central que costumava ter, em sua relação com os pais, e torna-se um “igual”, apenas “mais um”, possibilitando, portanto, a fratria, sua posterior introdução na rede de relações sociais. “Cada um de nós nutre a fantasia de ser alguém único, de ser o

único a contar para os outros e no mundo. Abandonar essa idéia é difícil, mas necessário para sabermos viver entre os outros.” (Rufo, 2003, p. 46)

Outra possível boa consequência do ciúme, da rivalidade e da competição naturais que existem entre irmãos, é que esses sentimentos podem ser o motor do aprimoramento pessoal de cada um. A luta do menor para igualar – e superar – o mais velho, e o esforço que este faz para conservar sua supremacia podem gerar nos irmãos uma competitividade construtiva, que faz nascer em ambos a vontade de progredir, de se tornarem melhores, e ajudá-los a encontrar o seu lugar na sociedade.

O desejo de ser considerado “o melhor” pelos pais, de ser amado por eles, serve muitas vezes como um empurrão e um incentivo para que a criança busque para si um lugar de destaque no mundo, seja através de um bom desempenho escolar, nos esportes ou em qualquer outra área que ele perceba valorizada pelos pais.

Com a sublimação da agressividade, a rivalidade dos irmãos passa a encontrar forma de expressão em outros campos, e os irmãos passam a se enfrentar, de modo pacífico, em outras competições. Segundo Rufo (2003), essas competições são tão presentes no cotidiano, que deixam até de serem percebidas pelos pais. Começam nos jogos infantis (quem corre mais rápido, pula mais alto, agüenta ficar mais tempo sem respirar,...), acompanham os irmãos na escola e nos confrontos esportivos, e podem chegar inclusive no terreno profissional e na família a ser constituída por cada um.

Entretanto, quando um dos irmãos é brilhante, forte ou talentoso demais, e os pais e professores se mostram pouco hábeis para lidar com as diferenças entre eles, a rivalidade entre os membros da fratria pode chegar a extremos, e aquele que é mais fraco ou possui maiores dificuldades, pode construir uma auto-imagem bastante negativa, sentindo-se incapaz, destinado ao fracasso, e passando a duvidar de si mesmo para tudo. Isto sem dúvida será muito prejudicial para ele, impedindo-o que obtenha sucesso e que se sinta apto para ser amado. “Só brilhamos aos olhos dos outros se estivermos nós mesmos convencidos de que podemos brilhar!” (Rufo, 2003, p.71)

A relação dos pais com seus filhos é, neste ponto, em geral determinante no desenvolvimento da relação entre os irmãos. Um pai que repete diuturnamente o quanto se sente orgulhoso de um dos filhos, condenando o outro à completa



indiferença, ou uma mãe que solicita sempre a ajuda de um filho para auxiliar a “consertar” um outro, que é o “filho torto”, cujo comportamento lhe causa mais preocupação, estão, com essas atitudes, ajudando a imprimir características bem próprias a esse relacionamento, que, entretanto, sempre pode surpreender a todos, seguindo um rumo inesperado, e adquirindo uma configuração que não poderia ter sido prevista.

Além do aprimoramento pessoal que a rivalidade fraterna impulsiona, ela também desenvolve nos irmãos a capacidade de resolverem conflitos e impasses, de se adaptarem às situações e de suportarem frustrações, estimulando sua maturidade para lidar com os ganhos e as vitórias, as perdas e os fracassos.

Por causa desses ciúmes e dessa rivalidade, também é comum que as crianças tenham desejos de morte ou desaparecimento do irmão, e até o manifestem às vezes. Quando, por qualquer motivo, o irmão realmente vem a morrer, a lembrança desses desejos e a atribuição de um poder ao próprio pensamento, faz com que a criança veja-se invadida por um intenso sentimento de culpa, sentindo-se assassina do irmão. Outro sentimento comum é a idealização desse irmão, estimulada pela lembrança cultuada do mesmo pelos pais. O irmão torna-se então algo inatingível, e o que continua vivo nunca será bom o suficiente para atingir. Desenvolverá então um sentimento de rivalidade difícil de superar, tendo em vista que o rival não se encontra mais presente, para que as medições de força possam ser atualizadas.

Um outro ponto abordado pelos autores ao estudarem a fratria, é que a chegada do irmãozinho “pequeno” muitas vezes acelera o processo de aquisição de autonomia do mais velho. Faz com que ele tenha, rapidamente, que se tornar o “grande”, quando ainda não está pronto para isso. Com a mãe mais absorvida pelos cuidados de que o bebê necessita, o maior fica mais a cargo do pai ou dos avós, quando não é posto logo na escola. Essa precocidade do mais velho é ainda mais acelerada quando o irmão menor apresenta alguma deficiência.

Algumas vezes, com a desculpa de ser o mais velho, ele se torna um “sub-pai”, substituindo os pais no acompanhamento dos deveres dos irmãos e nos cuidados com eles. É colocado em uma posição intermediária entre os pais e os irmãos mais novos, exigindo-se dele que se comporte de forma exemplar, para servir de modelo aos irmãos. Pode até vir a perder o direito de ser e agir como a

criança que é: ter medo, chorar, ficar cansado, ou acreditar em Papai Noel e em outras fantasias.

O primogênito é a referência de que os pais dispõem, é em relação a ele que as comparações com os mais novos se estabelecem. Servindo muitas vezes como um modelo identificatório, o mais velho costuma exercer uma certa autoridade sobre os mais novos, investido pelos pais, desde cedo, em uma posição de responsabilidade. Por isto, é muito dolorido para ele quando as relações de tamanho ou força se invertem: o mais novo é maior, mais forte, imbatível nos embates físicos.

Com a chegada do irmão, o mais velho tem que proteger seu espaço e lutar para não perder suas prerrogativas. Para isto, não titubeia em usar a força física, que pelo menos por um tempo é maior que a do irmão, para conseguir impor suas vontades.

Rufo (2003) contesta, em seu livro, a classificação que a sociologia e a psicologia fazem, tentando caracterizar os irmãos (os mais velhos seriam perfeccionistas, conservadores, esforçados e identificados com o pai ou com a mãe, e os mais novos, inventivos, rebeldes e temerários). Para ele, tal classificação é por demais simplista, fazendo crer que haveria algum determinismo na construção da personalidade, de acordo com a posição em que a pessoa ocupa na fratria, o que a sua experiência clínica não confirma. Em verdade, cada criança é única, e o lugar que ocupa na fratria é apenas um entre muitas outras circunstâncias que fazem de cada uma aquilo que é.

O irmão mais velho é uma testemunha viva de tudo o que cada um dos irmãos viveu em família, e daquilo que eles não viveram também: conhece as histórias dos objetos, lembra-se dos eventos registrados nas fotos, conviveu com o avô ou a avó que os outros não conheceram,... por tudo isso, ele é um elo essencial dos irmãos com a vida familiar. Serve como uma espécie de “banco de memórias” da família, já que tem acesso a lembranças de um tempo que os demais não viveram e uma fantástica capacidade de recordar acontecimentos passados na pequena infância dos irmãos, que eles mesmos esqueceram.

Quando adulto, em geral é quem se incumbem da manutenção das tradições familiares, promovendo a reunião da fratria e mantendo assim o vínculo existente entre os irmãos. Segundo Rufo (2003), quando o irmão mais velho perpetua-se

nesse papel quando torna-se adulto, isto significa que viveu seu lugar na fratria de maneira agradável, superando seus ciúmes e positivando as rivalidades.

Se um dos pais desaparece ou morre, ou sua imagem fica tão desqualificada e fragilizada que deixa de ser o ideal da fratria, o irmão mais velho tende a assumir esse papel, fornecendo o apoio que falta aos irmãos para que eles cresçam e se tornem adultos equilibrados, e substituindo o genitor (ou no caso da irmã mais velha, a genitora) nas construções psíquicas de identificação dos irmãos.

Em caso de separação dos pais, a fratria em geral não pensa em se separar, ficando ainda mais perturbada com uma dupla separação (de um dos pais e dos irmãos). Quase sempre, os irmãos querem ficar juntos, normalmente sob a liderança do mais velho, que pressiona os outros no sentido que julga o mais certo. Isso é bom, pois possibilita a continuação das relações fraternas nas condições anteriores à separação dos pais.

Num primeiro momento, assim que a separação ocorre, os vínculos da fratria se reforçam, como que para recriar o sentimento de segurança que se perdeu com a dissolução do casal conjugal. Depois, as rivalidades podem ressurgir, principalmente caso cada irmão tome a defesa de um dos pais, em detrimento do outro. Nesse caso, um poderá vir a encarar o outro como um traidor do pai que defende.

De qualquer forma, o irmão mais novo tende a ver no mais velho uma grande referência para construir sua própria personalidade. E geralmente, o idolatra, se identificando enormemente com ele.

Nos casos em que os irmãos nascem juntos, gêmeos, é muito importante que se reconheça desde cedo as diferenças entre ambos, e o fato de serem eles duas pessoas distintas, com particularidades próprias. Isto é uma necessidade imperativa para o bom desenvolvimento psíquico dos mesmos, pois se separar do outro costuma ser o maior desafio para cada um.

Gêmeos costumam, segundo Rufo (2003), tardar a responder individualmente a seu próprio nome, reconhecendo-o só a partir dos dois anos de idade, quando a maior parte das crianças o fazem já aos seis meses. Também levam muito mais tempo que as outras crianças para dominar o uso dos pronomes pessoais “eu” e “você”, usando com muito mais frequência o “nós” em seu lugar. Por tudo isto, é necessário que suas diferenças sejam acentuadas, e as sutilezas

deles em relação ao mundo ressaltadas, para que sua separação-indivuação seja possibilitada. Afinal, como disse Rufo (2003):

“...embora tenham os mesmos pais e compartilhem o mesmo patrimônio genético, não é obrigatório que pensem a mesma coisa, nem que tenham a mesma opinião sobre tudo. Cada um tem seu ritmo próprio de desenvolvimento; algumas crianças podem encontrar dificuldades e outras não”. (p. 65-66)

Quando o caso é de filhos múltiplos (trigêmeos, quadrigêmeos,...), a grande carga de trabalho que representam favorece a fragmentação da fratria, já que os cuidados com os mesmos tendem a ficarem divididos não só com os pais, mas também com avós ou tios. Isso, por si só, já os ajuda no processo de diferenciação, uma vez que terão experiências e lembranças distintas.

É interessante notar que, neste tipo de fratria, os irmãos costumam dividir-se em duplas, mas os parceiros se alternam conforme as circunstâncias e os interesses. Tratando-se de trigêmeos, portanto, há uma tendência a que um fique mais isolado, brincando sozinho, sem a companhia dos outros. Mas esse “um” pode variar, não sendo sempre, necessariamente, a mesma criança. Normalmente há uma alternância entre elas.

Gêmeos costumam construir uma linguagem codificada (uma espécie de dialeto, com palavras fabricadas a partir de onomatopéias), que só eles mesmos entendem, e isto pode gerar – e normalmente gera – um atraso na aquisição da linguagem, só tendo performances comparáveis às outras crianças, nesse setor, quando atingem a idade de seis ou sete anos. Isto é preocupante, uma vez que a linguagem é matéria prima do pensamento, e distúrbios da linguagem acabam interferindo na elaboração dele, e provocando com isso um distúrbio de inteligência e perturbações psicológicas graves.

Ao crescerem, gêmeos(as) gostam de usar sua semelhança para confundir e brincar com as pessoas, tirando muitas vezes proveito disso, em relação a namorados(as) e às provas escolares.

Quando um dos irmãos da fratria possui alguma deficiência ou doença mais grave, alguns fenômenos são comuns de serem observados. Principalmente quando se trata de gêmeos, é comum surgir uma confusão para aquele gêmeo saudável, que, com dificuldade de se diferenciar do irmão, assume posturas como se também ele sofresse as limitações causadas pela doença do irmão.

Assim, o irmão gêmeo de uma criança que sofre de paralisia, por exemplo, tenderá a achar que também não pode andar, correr, brincar ou levar uma vida normal. Em parte, pela dificuldade que tem em se diferenciar do irmão; em parte pelo sentimento de culpa que o domina, por ter sido o irmão – e não ele, o acometido pela doença (sentimento que se agrava, caso o outro venha a falecer.). Em parte, ainda, por ter inveja dos ganhos secundários que a doença do irmão lhe traz, tais como concentrar todas as atenções e os carinhos dos pais. Deseja o irmão saudável, por isso, identificar-se com o doente nas suas limitações, para merecer, como ele, o mesmo afeto por parte dos pais. Sente ciúmes da doença do irmão.

Quando a doença do irmão tem causa hereditária, entretanto, pode gerar no filho saudável uma angústia com duplo fundamento. Primeiro, pelo receio de a doença vir a se manifestar também nele, como membro da família que é. Segundo, o receio de, em não se manifestando a doença nele, isto significar que ele não é realmente membro da família. É uma fantasia muito comum nas crianças a de não ser realmente filha de seus pais, irmã de seus irmãos, causando essa dúvida quanto ao pertencimento à família intenso sofrimento em muitas delas.

Uma outra reação possível à doença de um irmão é o devotamento total a ele (movido, muitas vezes, pela culpa), e a sublimação da infelicidade que atingiu a família através da dedicação nos estudos a áreas do conhecimento que possam, de alguma forma, ajudar no combate daquela patologia (medicina, psicologia, fisioterapia, etc...).

Rufo (2003) defende, em seu livro, que o momento ideal para se ganhar um irmão, para que a competição pelo amor dos pais seja menos intensa, é a partir dos seis ou oito anos, quando o mais velho já teria tido tempo para gozar bastante o status de filho único, adquirido uma certa autonomia e poderia saborear as vantagens disso nas comparações em relação ao mais novo, investindo-se inclusive num papel de transmissor dos conhecimentos já adquiridos por ele ao irmão.

Se a diferença de idade for maior, a relação entre os irmãos é ainda mais fácil, tendendo a irmã mais velha a desempenhar um papel quase maternal, substituindo a mãe nas ocasiões em que esta estivesse impossibilitada de estar com o filho, cuidando dele. Os meninos, envolvidos com questões próprias da adolescência e da própria sexualidade, sentem-se neste caso menos abalados pelas

questões da fratria, e os irmãos já não representam para eles a ameaça que representariam dos 2 aos 5 anos de idade.

No caso de haver adoção de crianças pelo casal parental, o(s) filho(s) adotivo(s) virá também integrar a fratria, unindo-se aos filhos biológicos. Não se nota, nesse caso, muita diferença na relação entre os irmãos (Rufo, 2003). Não formam uma fratria biológica, é verdade, mas o sentimento de pertencimento à fratria funda-se, igualmente, na partilha da vida em comum e das lembranças. Da mesma forma, desenvolvem rivalidade, e têm dificuldades na partilha do afeto dos pais. Ainda mais porque os adotados costumam ter muita insegurança sobre a qualidade desse afeto, comparando-o sempre àquele que é dado aos filhos biológicos, enquanto os biológicos sentem-se enciumados pela atenção e mobilização de energia que os pais costumam fazer em prol do adotado, a fim de ajudá-lo a se adaptar à nova família. Entretanto, como diz muito bem Rufo (2003): “São as complicações, mais que as facilidades, que ajudam tanto homens quanto mulheres a se tornarem verdadeiros pais – e esse princípio se aplica tanto aos pais adotivos quanto aos biológicos” (p. 177)

Mas também é certo que as fratrias só chegam a existir realmente se construídas ao longo da infância. Quando a idade que separa os irmãos é grande demais e o novo filho vem, de maneira natural ou por adoção, quando os demais já estão preocupados em construir suas vidas, suas próprias famílias, a relação que se estabelecerá aí será de outra ordem, pois faltará o essencial: a história de vida comum, que consolida os laços da irmandade. É ao longo dos anos vividos juntos e dos momentos compartilhados que se formam os vínculos da verdadeira fratria.

Ter um irmão de sexo diferente, é uma grande vantagem para o desenvolvimento da própria sexualidade. Todas as questões que atormentam as crianças na fase da descoberta dos corpos e da diferença entre os sexos encontram facilmente um meio de serem abordadas de forma mais natural, sem constrangimentos maiores. E a curiosidade quanto ao sexo do outro é bastante atenuada, não havendo mais necessidade de recorrerem a outros expedientes, tais como tentar olhar pelo buraco da fechadura ou por debaixo das saias das meninas.

Segundo Rufo (2003), nas fratrias compostas por um menino e uma menina, a tendência é que as meninas dominem, independente delas serem mais novas ou mais velhas. Isto porque, normalmente, meninas têm um

desenvolvimento intelectual e uma aquisição da linguagem mais precoce, o que lhes dá maiores possibilidades de comunicação e de aquisição de independência.

Entre os sete e os quatorze anos, na chamada “fase de latência”, irmão e irmã se distanciam bastante. Entram para a escola, encontram crianças diferentes, descobrem outras referências, desenvolvendo novos hábitos, novos comportamentos. O menino se envolve mais em performances esportivas e em atividades físicas, que ofereçam oportunidade para medição de força. A menina, por sua vez, prefere as conversas intermináveis e cheias de segredinhos, com as amigas. Cada um busca, assim, atividades e amigos diferentes, e tem também seus próprios amores. Brincam menos juntos, preferindo a companhia dos amigos. Só de vez em quando se reúnem. Os ciúmes nesta fase estão bem mais fracos, e a relação apresenta menos problemas. As causas mais constantes de conflito são a divisão dos espaços comuns e das tarefas do cotidiano.

Durante a adolescência, irmãos e irmãs partilham interesses e ambições, e os mesmos “tormentos”. Nessa época, o nível de sucesso escolar é o principal fator de comparação entre eles. Normalmente, segundo Rufo (2003), as meninas costumam ter mais facilidade na escola, apresentando melhores resultados, embora seu sucesso profissional seja mais aleatório. Elas buscam uma profissão em que possam se realizar e a que possam se dedicar, enquanto eles escolhem a carreira em função do salário e da progressão que podem alcançar.

Os campos esportivos também são lugares privilegiados onde a rivalidade fraterna costuma se manifestar, geralmente de forma positiva, nessa época. É durante a adolescência que as pessoas escolhem a atividade de lazer que devem priorizar o resto de suas vidas. É comum que toda a fratria eleja então uma mesma atividade, na qual, competindo uns com os outros, mesmo que de forma indireta, os irmãos buscam um aprimoramento e uma superação dos próprios limites. Dinastias de esportistas se formam a partir dessa rivalidade construtiva.

A relação dos irmãos costuma, nesta fase, ser marcada pela cumplicidade e bom entendimento. Respeitam-se em suas diferenças e compartilham seus segredos e experiências. Um adolescente sempre encontra um ouvido atento em outro irmão adolescente. Por isso, viram, geralmente, confidentes um do outro, se protegendo mutuamente. Servem ainda de *alter ego* um do outro, formando uma rede de apoio que contribui para amenizar qualquer sentimento de isolamento e rejeição que se possa ter, assim como qualquer dificuldade que se precise

enfrentar numa época de tantas mudanças, estimulando-se reciprocamente a deixar o casulo familiar, quando necessário, assumindo as próprias vidas e buscando a própria independência.

A solidariedade marca esta etapa, até mesmo na relação dos filhos com os pais. É comum que estes se sintam, nas palavras de Rufo (2003), diante de um “sindicato de filhos”, a cada vez que surge uma questão com um deles. Os outros costumam se unir, defendendo a causa do irmão, que não deixa de ser um pouco sua, pela semelhança dos interesses.

Mas a adolescência é também uma fase de conflitos, discussões, portas batidas e brigas freqüentes. A principal razão é a demarcação de território, seguida do uso não autorizado de objetos pessoais. (Rufo, 2003; Perez, 2002).

Se o mais velho está na adolescência, e o mais novo ainda curte sua infância, o primogênito terá séria dificuldade em suportar isso, irritando-se com o irmão por ele ser “grudento” ou “mimado” demais pelos pais. No auge da busca por independência, ele recusa, mas ao mesmo tempo sente falta, todos os carinhos e atenções dados pelos pais. Por isso, custa-lhe tanto ver o menor recebendo-os com tanta facilidade e em tamanha abundância. Faz nascer nele a vontade de também enroscar-se nos pais como antes, o que não lhe é mais permitido, a menos que ele queira que percebam que ele não é o adulto que se esforça tanto para parecer ser. Ao mesmo tempo, o adolescente encontra uma grande utilidade para o mais novo: despistar a atenção dos pais, deixando-o mais livre para fazer o que quiser.

Na fase jovem adulto, ocorre, na maior parte das vezes, um pequeno distanciamento entre os irmãos, pois cada um inicia a sua carreira ou a sua própria família, e concentra-se assim na construção de seu próprio caminho, podendo inclusive vir a pertencer a classes sociais bastante diferentes.

A idealização natural que irmãos fazem um do outro, entretanto, pode ter influência direta nas relações amorosas de ambos. Ao escolher um parceiro para formar sua própria família, é bastante normal que se eleja alguém que tenha um certo número de semelhanças físicas ou psíquicas com o irmão ou irmã, ou que partilhe dos mesmos ideais ou centros de interesses dele(a). Por isso, segundo Rufo (2003), é natural que o irmão despose uma das amigas da irmã, e vice-versa. Irmãos, diz este autor, são os melhores recrutadores de maridos para as irmãs – assim como o contrário também se dá.



Numa fase em que já estão adquirindo ou já adquiriram plena autonomia, os irmãos quase não se vêem mais. Os contatos então normalmente se fazem através da relação que ambos têm com os pais, que transmitem as notícias ocorridas com um para o outro, e reúnem toda a família nas ocasiões festivas, e ficam incumbidos, assim, de manter a integridade familiar.

Geralmente, esses reencontros são muito apreciados pela fratria. O ciúme e a competição não estão mais tão acentuados, e já se deslocaram do campo familiar, indo normalmente alocar-se na esfera profissional. De qualquer modo, até por se encontrarem menos, também têm menos oportunidades para brigar. Apesar disso, existem irmãos que têm nas brigas seu único canal de comunicação. E, sendo este o único meio que aprenderam a desenvolver, continuam brigando pela vida inteira.

Segundo estudos sociológicos (Rufo, 2003), os irmãos costumam mais visitar os pais do que uns aos outros. Dois terços dos irmãos se vêem uma vez por semana, quando moram há menos de 20 km de distância um do outro, e uma vez por ano, se a distância é superior a 500 km. A desculpa para o distanciamento é sempre a de morarem muito longe e estarem muito ocupados. Irmãos que pertencem a pequenas fratrias visitam-se mais que os que integram fratrias numerosas, e irmãos do mesmo sexo mantêm mais contato do que aqueles de sexo oposto.

Ainda quando se vêem pouco, telefonemas e troca de fotos e correspondência é normal entre os irmãos. A morte dos pais afrouxa os laços, mas o nascimento de filhos/sobrinhos os estreita, pois desejam que os filhos tenham contato com os primos. Quando se encontram, conversam desde banalidades sobre filhos e profissão, até confidências e manifestações sinceras de afeto. A evocação de lembranças está sempre presente, é claro, voltando a estreitar, mesmo que por poucos instantes, vínculos que se tornaram frouxos.

Essas pesquisas também demonstram que diferenças sócio-econômicas não costumam dividir a fratria, pois os irmãos geralmente colaboram um com o outro em caso de dificuldade financeira. Divergências ideológicas, ao contrário são mais difíceis de superar.

Existem também, contudo, irmãos que são incapazes de se separar um do outro, pois tiveram um grave distúrbio na fase de separação-individação, na pequena infância. Nesses casos, os melhores amigos e os amores de um ou de

outro nunca são bem vindos, suscitando intenso ciúme. O casamento ou concubinato do irmão é vivido pelo outro de maneira dolorosa, que fica, às vezes, na sombra do casal, com dificuldades de encontrar ele próprio um(a) parceiro(a). Já o que se casa, o faz com um sentimento mais ou menos pesado de tristeza e culpa pela “ruptura” da parceria com o irmão.

Somos, em geral, mais tempo irmãos do que somos filhos, já que a ordem natural das coisas é que os pais se vão antes dos irmãos. Quando os pais morrem, os irmãos passam a ter, pela primeira vez em sua vida, a opção de nunca mais se encontrarem, nem saberem uns dos outros, caso assim o desejem. Não é o que acontece normalmente. O comum é que haja esforço de ambas as partes para manter o vínculo, e que desejem continuar mantendo aquela relação até o fim de suas vidas, pois têm a sensação de que formam uma equipe. Tornar-se amigo do irmão, nessa fase, representa a evolução ideal da relação fraterna, pois amigos a gente escolhe, enquanto parentes, apenas aceita. A solidez do vínculo que os une aqui é determinada pela qualidade de suas relações no passado, pelo fato de terem sido elas enriquecedoras ou constrangedoras.

Entretanto, por ocasião da morte dos pais, quando chega o momento de dividir os bens por eles deixados, também é bastante comum que surjam conflitos e desavenças entre os irmãos. Com o desaparecimento dos pais, eles se sentem liberados para dizer tudo o que há muito tempo têm vontade, e manifestar toda a agressividade que foi durante toda a vida recalcada. Todos os esforços e acomodações que simulavam um entendimento na fratria vão por água abaixo. É comum os filhos brigarem, nessas ocasiões, até por objetos ínfimos ou inúteis.

A partilha de bens aí é mero pretexto. É que cada pequeno objeto, e cada indicação que os pais deixam escritas, em relação à divisão do patrimônio, é, de alguma forma, portador de uma mensagem. A morte dos pais reaviva os temores mais arcaicos da infância, trazendo à tona velhas questões, que parecem estar sendo definitivamente respondidas neste momento: a quem os pais amaram mais? Souberam eles dar o justo valor que cada um merecia?

Alguns pais se servem mesmo da herança para fazer um ajuste de contas. Legam parte dos bens para um determinado filho, ou para um determinado neto (que é filho de um dos membros da fratria, é claro). Com essa atitude, orquestram, de certo modo, a separação dos irmãos, já que isto representa uma deserdação

parcial, do ponto de vista afetivo, de seus outros filhos, que se sentem então abandonados por ele.

Finalmente, quando chegamos à meia-idade, encontramos relacionamentos fraternos em que podemos perceber a existência de apoio emocional e/ou financeiro mútuo, presença física e envolvimento sentimental. Nesta fase, em geral, as velhas rivalidades que normalmente caracterizam a relação, podem ou estar já agastadas pelo tempo, bastante diminuídas nesse final da vida, que é marcado pela solidariedade mútua; ou se tornarem fonte de energia extra. De qualquer forma, os laços fraternos parecem adquirir uma importância ainda maior à medida em que envelhecemos.

Mas o que tornaria alguém um irmão, num mundo como o nosso, em que encontramos uma variada combinação de irmãos, meio-irmãos e irmãos por afinidade? A biologia não parece ser o mais importante na constituição da fratria. Com os diversos descasamentos e recasamentos, é comum encontrarmos configurações cada vez mais complexas: os filhos que são só do marido, os filhos que são apenas da esposa, e os filhos de ambos. (A literatura já fala de “irmãos biológicos”, “irmãos adotivos”, “meio-irmãos”, “irmãos políticos”, “irmãos fictícios” e “falsos irmãos”.)

Assim, junto a irmãos bilaterais (filhos do mesmo pai e da mesma mãe), existem também os chamados meio-irmãos (unilaterais, com apenas um dos genitores em comum). Eles não vivem necessariamente juntos, mas se encontram nos fins-de-semana e nas festas de família, podendo desenvolver laços de profunda amizade e afinidade, desse contato e desses momentos compartilhados. A rivalidade e a disputa de amor, nesses casos, parece ainda maior, pois o que não mora junto com o genitor de ambos, tende a sentir muito ciúme do outro por ele possuir o “privilégio” de conviver diariamente com ele, tê-lo sempre presente. Além de fantasiar ser o outro o preferido, por ser fruto de uma união que deu certo (ou está dando), ao passo que ele mesmo é fruto de uma que fracassou, e que pertence a um passado conflituoso e sombrio, que o pai/ a mãe deseja enterrar.

Além deles, temos ainda aqueles que nem genes em comum possuem. Nessa categoria estão os irmãos adotivos, mas também os chamados “irmãos políticos” ou “falsos irmãos”, caso em que cada um é filho biológico apenas de um dos membros do casal, não tendo estes, portanto, nenhum vínculo de parentesco entre si, embora possam até ter parentes comuns, como outros irmãos.

Nada disso parece fazer grande diferença na relação das crianças, que experimentarão as mesmas situações de conflito, a mesma rivalidade e a mesma disputa pelo amor dos pais (e às vezes, do padrasto ou da madrasta, caso estes ocupem o espaço psicoparental para aquela criança), sendo natural que, com o tempo e a convivência, um assuma, no coração do outro, o lugar de irmão, como se biológico fosse. A rivalidade nessa hipótese, assim como naquela do meio-irmão, também será enorme, caso o filho biológico não more com o(a) genitor(a), e veja o falso irmão convivendo com ele diariamente, e recebendo os carinhos, as atenções e os presentes de que ele se julga credor.

Se a biologia não é o fator determinante, qual será ele? A educação? A interação com os pais? Sabemos que também não. Cada filho estabelece com os pais ligações originais, que dependem de diversas circunstâncias, a começar de sua própria personalidade e temperamento, e das expectativas que os pais depositaram nele. Quanto à educação, também não podemos dizer que é a mesma. Na escola, cada um tem suas próprias experiências e, em casa, a cada filho, os pais também se modificam como educadores, vão corrigindo seus erros, tornando-se mais flexíveis em pontos que antes eram mais rígidos. Os primogênitos não se cansam de comentar tal fato, repetindo que, por terem sido os primeiros, os precursores, tiveram muito mais dificuldade em conseguir determinadas vantagens e liberdades do que seus irmãos menores, que encontraram o caminho já aberto. (Perez, 2002)

Parece que o mais correto é dizer que o que forma a fratria é a partilha. Do espaço, dos objetos, dos momentos, das lembranças, e até do amor dos pais. A noção de tempo também parece ser de fundamental importância aí. É o tempo partilhado que permite as trocas, o atizar e o acalmar dos conflitos, a resolução das rivalidades...

Certamente, em qualquer caso, o sentimento de pertencer à fratria só existirá caso as pessoas tenham partilhado acontecimentos íntimos e momentos decisivos, principalmente na infância. Só crescendo juntos, progredindo lado a lado, terão cimentado esse sentimento da irmandade, sejam os laços que os unem biológicos ou não. Por tudo isso, Angelou (*apud* McGoldrick & Carter, 1995) não acredita que seja o mero acidente de um nascimento que torne as pessoas irmãos ou irmãs: isto apenas lhes daria direito à mutualidade de parentesco. Segundo defende este autor, ser verdadeiramente irmão ou irmã é uma condição sobre a

qual as pessoas têm que trabalhar. É uma questão séria., em que a pessoa se compromete, dá e recebe. É um investimento.

Realmente, ao que parece, todo esse investimento, esse compartilhar de experiências, é o que torna essa relação de amor, cumplicidade e ambivalências uma relação assim tão especial e singular. Assim sendo, quando irmãos biológicos são separados por algum motivo e crescem distantes um do outro, sem oportunidade para criarem lembranças e hábitos em comum, nem vivenciarem as mesmas experiências, podem até ficar felizes ao se reencontrarem um dia, e restabelecerem relações. Mas essas jamais serão realmente relações fraternas. É possível que tenham estabelecido com pessoas com quem não tenham nenhuma ligação genética relações mais próximas e mais propriamente qualificadas “de irmãos” do que essas que os unem ao irmão de sangue. Nas palavras de Rufo (2003): “Seus vínculos são mais simbólicos do que reais. O tempo desuniu o que a biologia havia unido”. (p.187)

As situações dos vínculos que unem os membros de uma fratria são tão variáveis hoje em dia, que é muito difícil definir a mesma, mas é interessante notar que, nas pesquisas feitas com irmãos, que encontramos nos trabalhos dos autores citados, apesar de todos admitirem ser esta uma relação marcada por muitos conflitos e desavenças, e permeada de sentimentos “negativos”, como o ciúme, a raiva e a rivalidade, ao serem solicitados a apresentarem uma definição, só os aspectos positivos e construtivos são lembrados, aparecendo então palavras como “amizade”, “solidariedade”, “união”, “proteção”, “cumplicidade”, “aprendizado”, “tolerância”, “compreensão” e “amor”. (Perez, 2002, p.126)

Toda criança, para crescer, precisa de alguém que a ajude a se diferenciar, com quem faça trocas, partilhe coisas, comunique-se e até entre em conflito. Isso tudo, fazem com maestria os irmãos.

Talvez, a melhor definição para a fratria tenha sido dada por Rufo (2003): “Poderíamos dizer que a fratria é uma doença – uma crônica doença de amor, com seus instantes de cumplicidade, felicidades compartilhadas, lembranças comuns, mas também momentos de crise, rivalidades e ciúmes”. (p.241)